

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	10
NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 CONTEXTO OPERACIONAL	11
2 BASE DE PREPARAÇÃO	14
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	14
4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	23
5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
6 CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS	24
7 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	25
8 PARTES RELACIONADAS	25
9 IMOBILIZADO	27
10 INTANGÍVEL	28
11 FORNECEDORES	29
12 DEBÊNTURES	29
13 USO DO BEM PÚBLICO – UBP	30
14 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31
15 PROVISÃO PARA LITÍGIOS	31
16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
17 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34
18 CUSTO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	34
19 RESULTADO FINANCEIRO	35
20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35
21 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	37
22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA	39
23 COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	40



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Saldos e transações entre partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota 8 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 7 de fevereiro de 2022, sem ressalvas.

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



CERAN - Companhia Energética Rio das Antas

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2023

A handwritten signature in cursive script that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	71.366	94.537	Fornecedores	11	10.436	11.557
Contas a receber de concessionárias	6	26.899	41.063	Salários, provisões e contribuições sociais		1.101	1.020
Despesas pagas antecipadamente		455	345	Imposto de renda e contribuição social	14.1	11.909	32.199
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.949	2.170	Impostos a recolher	14.2	2.128	3.598
Outros créditos		2.451	132	Debêntures	12	-	106.008
Total do ativo circulante		103.120	138.247	Dividendos	16.3	254.218	184.623
Outros créditos		6.770	10.594	Encargos setoriais		1.849	1.615
Imobilizado	9	604.034	638.791	Uso do bem público (UBP)	13	18.826	16.212
Intangível	10	121.830	129.079	Outras obrigações	1	32.358	24.365
Total do ativo não circulante		732.634	778.464	Total do passivo circulante		332.825	381.197
				Impostos diferidos	20	65.039	57.839
				Provisão para litígios	15	33	11
				Encargos Setoriais		7.564	11.996
				Uso do bem público (UBP)	13	143.959	141.118
				Outras contas a pagar		2.526	-
				Total do passivo não circulante		219.121	210.964
				Patrimônio Líquido	16		
				Capital social		120.000	120.000
				Reservas de Lucros		163.808	120.000
				Dividendos Adicionais propostos		-	84.550
				Total do patrimônio líquido		283.808	324.550
Total do ativo		835.754	916.711	Total do passivo e patrimônio líquido		835.754	916.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	255.020	355.675
Custos dos serviços de energia elétrica	18	<u>(137.086)</u>	<u>(103.827)</u>
Resultado bruto		<u>117.934</u>	<u>251.848</u>
Despesas operacionais		<u>(186)</u>	<u>(1.292)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>117.748</u>	<u>250.556</u>
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		6.001	4.772
Despesas financeiras		<u>(36.539)</u>	<u>(42.868)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(30.538)</u>	<u>(38.096)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>87.210</u>	<u>212.460</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	20	(21.600)	(43.894)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20	<u>(7.199)</u>	<u>(27.062)</u>
Resultado do exercício		<u>58.411</u>	<u>141.504</u>
Quantidade de ações do capital social no fim do período		<u>120.000</u>	<u>120.000</u>
Lucro por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o período – em R\$			
Lucro básico por ação		<u>0,49</u>	<u>1,18</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	58.411	141.504
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>58.411</u></u>	<u><u>141.504</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.000	24.000	74.422	88.677	-	307.099
Dividendos adicionais exercício 2020 aprovado (AGO 24/03/2021)	-	-	-	(88.677)	-	(88.677)
Resultado do exercício	-	-	-	-	141.504	141.504
Destinações:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(35.376)	(35.376)
Reserva de retenção de lucros	-	-	21.578	-	(21.578)	-
Dividendos adicionais propostos - Lucros a disposição da assembléia	-	-	-	84.550	(84.550)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	120.000	24.000	96.000	84.550	-	324.550
Dividendos adicionais exercício 2021 aprovado (AGO 28/04/2022)	-	-	-	(84.550)	-	(84.550)
Resultado do exercício	-	-	-	-	58.411	58.411
Destinações:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(14.603)	(14.603)
Dividendos adicionais propostos - Lucros a disposição da assembléia	-	-	43.808	-	(43.808)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	120.000	24.000	139.808	-	-	283.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	87.210	212.460
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	44.752	41.842
Juros e variação monetária com empréstimos, financiamentos e debêntures	2.193	9.464
Juros e variação monetária com UBP	23.409	32.795
Provisão para litígios	22	(44)
Repactuação do risco hidrológico	-	(50.380)
Provisão para perda ao valor recuperável	-	2.808
Atualização de Selic de PeD	275	114
Custos de captação incorporados ao resultado	469	469
	<u>158.330</u>	<u>249.528</u>
Variações em :		
Contas a receber de concessionárias	14.164	(8.784)
Despesas pagas antecipadamente	(110)	(3)
Impostos a recuperar	(681)	(1.637)
Outros créditos	1.505	1.106
Fornecedores	(1.121)	2.565
Encargos Setoriais	(4.473)	(2.284)
Salários, provisões e contribuições sociais	81	174
Outras obrigações	10.519	8.180
Impostos e contribuições sociais a recolher	(2.054)	703
	<u>176.160</u>	<u>249.548</u>
Caixa gerado pelas operações	<u>176.160</u>	<u>249.548</u>
Juros pagos por debêntures	(2.669)	(9.174)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(40.403)	(35.840)
	<u>133.088</u>	<u>204.534</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>133.088</u>	<u>204.534</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(2.746)	(3.578)
	<u>(2.746)</u>	<u>(3.578)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.746)</u>	<u>(3.578)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(29.558)	-
Pagamento de debêntures	(106.001)	(106.000)
Pagamento de UBP	(17.954)	(14.999)
	<u>(153.513)</u>	<u>(120.999)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(153.513)</u>	<u>(120.999)</u>
Aumento/Redução de caixa e equivalentes no exercício	(23.171)	79.957
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	94.537	14.580
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>71.366</u>	<u>94.537</u>
Aumento/Redução de caixa e equivalentes no exercício	<u>(23.171)</u>	<u>79.957</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia

A CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 11 de janeiro de 2001, que tem por objeto a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos nas usinas Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho ("Usinas") e a exploração de atividades correlatas e auxiliares à implantação e exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações. Observadas as normas regulamentares aplicáveis. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Lauro Linhares, 2010, Torre B, Sala 101, Edifício Comercial São Francisco, Trindade, CEP 88036-002, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

As Usinas localizam-se nos municípios de Bento Gonçalves, Cotiporã, Veranópolis, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Antônio Prado, Pinto Bandeira e Flores da Cunha, todos no Rio Grande do Sul, com uma potência instalada total de 360MW.

Contrato de concessão

A Companhia detém a concessão para exploração do potencial energético das Usinas até 15 de março de 2036, e nos termos da Lei 9.427 de 26 de dezembro de 1996 podendo ser prorrogada por mais 35 anos a depender da aprovação do órgão regulador, conforme Contrato de Concessão nº 8, de 15 de março de 2001, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.338, 1.313 e 1.331 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 13/11/2039 para 14 de Julho, 19/10/2039 para Castro Alves e 06/11/2039 para Monte Claro.

Estrutura de financiamento

Do total investido na implantação das Usinas, 35% foram financiados com recursos dos acionistas e 65% com recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e de seus agentes financeiros. O financiamento junto ao BNDES foi liquidado em dezembro de 2017, com recursos captados por meio da emissão de debêntures mencionada na nota explicativa nº 12.

Operação

A Usina Hidrelétrica ("UHE") Monte Claro iniciou a operação comercial de fornecimento de energia em 29 de dezembro de 2004 com a primeira unidade geradora e em 29 de novembro de 2006 com a segunda unidade geradora. A UHE Castro Alves iniciou a operação comercial em 04 de março de 2008 com a primeira unidade geradora, em 02 de abril de 2008 com a segunda unidade geradora e em 06 de junho de 2008 com a terceira unidade geradora. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial em 25 de dezembro de 2008 com a primeira unidade geradora e em 12 de março de 2009 com a segunda unidade geradora. A energia assegurada da UHE Monte Claro é de 56 MW médios, da UHE Castro Alves é de 62 MW médios e da UHE 14 de Julho é de 48 MW médios.

Direitos de compra de energia

As vendas de energia são compartilhadas entre os acionistas da Companhia, de acordo com sua participação no capital social, ou a terceiros por eles indicados através de contratos de fornecimento de energia elétrica (PPAs), Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre – CCEAL e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR.

Em 15 de fevereiro de 2022 a Aneel por meio do Despacho 426, aprovou a cessão dos contratos CCEAR's da CPFL Paulista e CPFL Piratinga para as acionistas CPFL Geração de Energia S.A e Statkraft Energias Renováveis S.A. A transferência destes contratos foi o marco inicial para a operacionalização do “Preço de Referência”, o preço de venda é calculado de modo a satisfazer todas as obrigações financeiras, tributárias, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e operacionais, aprovado em Conselho de Administração da Companhia.

Efeito liminar

Através do Despacho nº 2.333, de 27/08/2019, a ANEEL acatou os termos da Liminar decorrente de Ação Proposta que solicitava a aplicação dos efeitos dos novos valores de Garantia Física de energia da Usina CERAN, decorrentes da Portaria MME nº 178, de 03/05/2017: (i) alteração do preço necessário ao reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro dos contratos com as distribuidoras CPFL Paulista e Piratinga, com aprovação dos Termos Aditivos submetidos e (ii) Ajuste do Termo de Repactuação do Risco Hidrológico, com redução do montante repactuado. Foi concedido efeito retroativo desde janeiro de 2018 e determinado que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizasse as recontabilizações desde o período mencionado, ocasionando entradas de caixa para Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado em outras obrigações no passivo circulante os adiantamentos efetuados pela CCEE atualizados pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M no montante de R\$31.364 (R\$21.425 em 31 de dezembro de 2021), sendo o total da conta Outras Obrigações no passivo circulante de R\$ 32.358 (R\$24.365 em 31 de dezembro de 2021).

Contrato de concessão

O Contrato de Concessão, assinado em 15 de março de 2001, determina que a energia elétrica produzida no empreendimento seja utilizada ou comercializada pela Companhia, com vigência por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de uso do bem público - UBP (concessão onerosa), do 7º ao 35º ano de concessão, o valor anual original na data do contrato de R\$ 3.200, o qual são atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M é de R\$ 18.826 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 16.212 em 31 de dezembro de 2021). Os valores são pagos mensalmente, desde abril de 2007. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.338, 1.313 e 1.331 dias e o novo prazo de encerramento de concessão será 13/11/2039, 19/10/2039 e 06/11/2039 para 14 de Julho, Castro Alves e Monte Claro, respectivamente. Durante o prazo de extensão, serão mantidas as condições originais do contrato de concessão e o pagamento do uso do bem público – UBP será efetuado nas mesmas condições.

Repactuação do risco hidrológico – Extensão do prazo de concessão

Em 08 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei do GSF (Lei nº 14.052/20) e em 1º de dezembro de 2020 foi publicada a resolução normativa ANEEL nº 895/20, as quais estabelecem novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, sendo que a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE ocorreu por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

Objetivo desses normativos foi compensar as usinas hidrelétricas pelos riscos hidrológicos de geração de energia, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Dessa forma, a Companhia efetuou uma análise dos impactos desses normativos em suas demonstrações financeiras e o montante total reconhecido no intangível como Direito de Extensão de Concessão é de R\$96.864, equivalente a 44 meses de extensão. Dessa forma, considerando a extensão, o prazo de concessão se encerrará em 06/11/2039 para Monte Claro, 19/10/2039 para Castro Alves e 13/11/2039 para 14 de Julho.

Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE assim como, com base nas regras de cálculo constantes na resolução normativa ANEEL nº 895/20 e prazos de extensão divulgados na resolução homologatória 2.932/21.

1.1 Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 229.705 (R\$ 242.950 em 31 de dezembro de 2021).

Ressalta-se que o ativo circulante é representado basicamente pelo contas a receber que possui um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto a principal rubrica do passivo circulante e os dividendos a pagar no montante de R\$ 254.218 que não possuem vencimento e serão liquidados de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, portanto, o capital circulante negativo apresentado é momentâneo e será solucionado naturalmente através do caixa gerado pelas operações da Companhia que em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 133.088 (R\$ 204.534 em 31 de dezembro de 2021).

2 Base de preparação

2.1 Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 13 de fevereiro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial:**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo

O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente

todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Nos valores a receber não estão inclusos encargos ou efeitos inflacionários, somente o preço acordado pela energia vendida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui qualquer montante de perdas a ser registrado sobre os recebíveis de clientes tendo em vista a natureza dos mesmos.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

As taxas utilizadas para depreciação do ativo imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa no 674/15, emitida pela ANEEL, as quais na avaliação da Administração da Companhia refletem a vida útil dos bens, sendo aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2015, limitadas ao prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas pela administração após a extensão dos prazos de concessão descritos na nota 1.1, são as seguintes:

	Anos
Terrenos	34,32
Reservatórios, barragens e adutoras	34,10
Edificações, obras civis e benfeitorias	35,70
Máquinas e equipamentos	31,38
Veículos	7
Móveis e utensílios	16

d. Intangível

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é segregado pela contraprestação de pagamentos para a União a título de uso do bem público – UBP e pelas novas condições de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica de acordo com a Lei nº 14.052/20. O registro da obrigação relacionada ao uso do bem público – UBP teve como contrapartida a conta do ativo intangível. O prazo de amortização será do 7º ao 35º ano de concessão.

O registro do intangível relacionado a Lei 14.052/20 corresponde a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE por meio de um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, parte substancial de suas contas a receber são com partes relacionadas, que tem compromissos de não deixar a Companhia sem recursos para pagar suas despesas operacionais e o serviço da dívida. Tais obrigações estão dispostas no Acordo de Acionistas. O saldo remanescente do constas a receber, refere-se a recebíveis dos contratos de venda de energia no ambiente regulado e ambiente livre, os quais, também não possuem histórico de inadimplência.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas devem ser estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito devem ser mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas devem ser descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
-

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado deve ser deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro deve ser baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia deve adotar a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia deve fazer uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não deve esperar nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

f. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

g. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

h. Uso do Bem Público (UBP)

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

i. Encargos setoriais

Os valores relacionados a Pesquisa e Desenvolvimento, Compensação Financeira e Taxa de Fiscalização estão contabilizados como dedução da receita enquanto os Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição estão alocados em custos dos serviços de energia elétrica, todos os encargos setoriais são apurados pelo regime de competência.

j. Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D

Em conformidade com a Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, e o art. 12 da Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, as empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica, dentre outras, devem aplicar, anualmente, o percentual de 1% de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - Programa de P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. A Companhia apresenta o saldo de P&D nas demonstrações financeiras conforme sua expectativa de realização dos projetos e o respectivo saldo não utilizado é atualizado mensalmente pelos juros da taxa SELIC.

k. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A compensação financeira, instituída pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 20, § 1o, e regulamentada pela Lei no 7.990/1989, corresponde à indenização aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, pelo resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. A Resolução ANEEL no 67, de 22 de fevereiro de 2001 determinou que o valor a ser recolhido mensalmente corresponda a 6,75% da energia produzida no mês multiplicada pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL, a ser paga pelos concessionários de serviço de energia elétrica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenha áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios, e a órgãos da administração direta da União. Em 17 de novembro de 2016, através da Lei 13.360, Artigo 3º, esse percentual foi alterado para 7%.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

m. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente;
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
3. Determinar o preço das transações;
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement - PPA e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR, assim como através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - CCEAL. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

p. Novas normas ou interpretações ainda não efetivadas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12).
- Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28).

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os efeitos das revisões das estimativas são reconhecidos prospectivamente.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer futuros afetados.

Estimativas e julgamentos da Companhia:

- Imobilizado: aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- Partes relacionadas: apresentação e divulgação das transações envolvendo partes relacionadas;
- Ajuste a valor presente do saldo do Uso do Bem Público UBP.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Contas Bancárias à Vista	68	675
Equivalentes de Caixa	<u>71.298</u>	<u>93.862</u>
	<u>71.366</u>	<u>94.537</u>

Os Certificados de Depósito Bancário registrados em equivalentes de caixa são remunerados às taxas que variam entre 99% a 102,5% (99% a 103% em 31 de dezembro de 2021) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

6 Contas a receber de Concessionárias

	31/12/2022	31/12/2021
Companhia Paulista de Força e Luz	-	14.872
Companhia Piratininga de Força e Luz	2	7.971
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE -D	410	363
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	983
CPFL Geração	6.043	5.436
Statkraft	465	-
Outros Clientes (Edital de Leilão nº. 002/2005-ANEEL e contratações no ambiente livre)	16.849	9.175
CCEE	<u>3.130</u>	<u>2.263</u>
	<u>26.899</u>	<u>41.063</u>

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia não apresenta atrasos e não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não há títulos provisionados como provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as políticas da Companhia.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.141	868
PIS	144	232
Cofins	664	1.070
	<u>1.949</u>	<u>2.170</u>

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro abaixo por respectivos tipos de operações.

	Ativo		Resultado			
	Contas a receber de Concessionárias		Venda de energia		Despesas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empresas do Grupo CPFL (*)	6.045	29.262	113.481	318.389	-	32
Statkraft	465	-	5.739	-	-	-
Central de Serviços Compartilhados S.A. (**)	-	-	-	-	2.274	2.067
Total	<u>6.510</u>	<u>29.262</u>	<u>119.220</u>	<u>318.389</u>	<u>2.274</u>	<u>2.099</u>

(*) Companhia Paulista de Força e Luz; Companhia Piratininga de Força e Luz; CPFL Comercialização Brasil S.A.; CPFL Geração; Rio Grande Energia, os contratos têm vigência de acordo com o prazo de concessão.

(**) Prestação de serviços contábeis, financeiros e administrativos.

A seguir as informações dos contratos de fornecimento de energia celebrados com partes relacionadas:

Cliente	Tipo de Contrato	Vigência	Qtd de Energia contratada anual (MWh)	Tarifa vigente em 31/12/2022	Índice de atualização
CPFL Geração	PPA	16/02/2022 à 31/12/2027	551.536,50	112,75	IGP-M
StatKraft	PPA	16/02/2022 à 31/12/2027	42.426,80	112,75	IGP-M
CPFL PAULISTA	PPA	29/12/2004 à 15/02/2022	53.316,20	293,53	IGP-M
CPFL PIRATININGA	PPA	29/12/2004 à 15/02/2022	26.658,18	276,24	IGP-M
CPFL BRASIL	PPA	01/11/2005 à 15/02/2022	5.675,50	302,75	IGP-M
CPFL JAGUARI	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	4,94	288,85	IPCA
CPFL PAULISTA	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	13,13	293,52	IPCA
CPFL PIRATININGA	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2038	82,01	296,04	IPCA
CPFL JAGUARI (STA CRUZ D)	CCEAR	01/01/2013 à 31/12/2039	963,86	288,84	IPCA
RGE Sul (Antiga AES)	CCEAR	01/01/2010 à 31/12/2039	10.068,12	298,02	IPCA
RGE Sul (Antiga Rio Grande Energia)	CCEAR	01/01/2010 à 31/12/2039	228,42	298,02	IPCA
CEEE	CCEAR	01/01/2010 à 31/12/2039	11.038,51	297,79	IPCA

8.1 Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 252 (R\$ 236 em 31 de dezembro de 2021).

8.2 Prestação de serviço de partes relacionadas

Em 1º de abril de 2016 foi assinado contrato com a CSC Serviços Compartilhados S.A. para a execução de serviços financeiros, contábeis, gestão das condicionantes ambientais, da documentação, de compras, recursos humanos e de programa de pesquisa e desenvolvimento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou custos com as mencionadas prestações de serviços no montante de R\$ 2.274 (R\$ 2.067 em 31 de dezembro de 2021).

9 Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benefeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso	Total
Em 31 de dezembro de 2020	<u>14.413</u>	<u>256.930</u>	<u>179.418</u>	<u>220.767</u>	<u>130</u>	<u>102</u>	<u>847</u>	<u>672.607</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	3.578	3.578
Transferência para serviço	-	563	118	606	189	1	(1.477)	-
Transferências para intangível	-	-	-	-	-	-	(134)	(134)
Depreciação	<u>(817)</u>	<u>(13.708)</u>	<u>(9.786)</u>	<u>(12.891)</u>	<u>(35)</u>	<u>(23)</u>	<u>-</u>	<u>(37.260)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>13.596</u>	<u>243.785</u>	<u>169.750</u>	<u>208.482</u>	<u>284</u>	<u>80</u>	<u>2.814</u>	<u>638.791</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	2.746	2.746
Transferência para serviço	-	3.480	5	532	8	-	(4.025)	-
Transferências para intangível	-	-	-	-	-	-	(17)	(17)
Depreciação	<u>(763)</u>	<u>(13.807)</u>	<u>(9.615)</u>	<u>(13.240)</u>	<u>(54)</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>(37.486)</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>12.833</u>	<u>233.458</u>	<u>160.140</u>	<u>195.774</u>	<u>238</u>	<u>73</u>	<u>1.518</u>	<u>604.034</u>
Taxa de depreciação - % a.a.	2,90	3,56	3,85	5,50	14	6,25		
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo	26.127	469.429	340.668	414.304	415	924	1.518	1.253.385
Depreciação acumulada	<u>(13.294)</u>	<u>(235.971)</u>	<u>(180.528)</u>	<u>(218.530)</u>	<u>(177)</u>	<u>(851)</u>	<u>-</u>	<u>(649.351)</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>12.833</u>	<u>233.458</u>	<u>160.140</u>	<u>195.774</u>	<u>238</u>	<u>73</u>	<u>1.518</u>	<u>604.034</u>

Conforme artigos nº. 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações são vinculados aos serviços de energia elétrica, e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº. 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2022, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

10 Intangível

	Uso do Bem Público	Direito de extensão de concessão REH 2932/21 (*)	Licenças de Uso de Softwares e Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.646	46.484	111	68.241
Adições	14.906	50.380	134	65.420
Amortização	(1.463)	(3.440)	321	(4.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.089	93.424	566	129.079
Adições	-	-	17	17
Amortização	(1.958)	(5.239)	(69)	(7.266)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	33.131	88.185	514	121.830

- (*) A Companhia registrou o montante de R\$96.864 como direito de extensão de concessão oriundo a repactuação do risco hidrológico dos contratos de energia celebrados do Ambiente de Contratação Livre – ACL e Ambiente de Contratação Regulado – ACR, o valor registrado refere-se a um direito não pecuniário na forma extensão dos prazos de concessão e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em novembro de 2039, para mais detalhes vide nota explicativa nº 1.1.

Os valores referentes ao Uso do Bem Público - UBP referem-se ao registro da obrigação mencionada nas notas explicativas 1 e 13 e são amortizados linearmente pelo período da concessão que se encerra em novembro de 2039. O montante foi apurado no início do período de concessão considerando a obrigação até o final da concessão em contrapartida do passivo circulante e não circulante, complementado em novembro de 2021 no montante de R\$14.906 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, descontada a valor presente pela taxa média de captação dos financiamentos. Os valores da amortização de UBP estão contabilizados no resultado em custos dos serviços de energia elétrica.

O ativo intangível é analisado em conjunto com o ativo imobilizado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2022, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

11 Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto pelos seguintes grupos:

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.557	2.309
Materiais e Serviços	1.732	2.509
Compra de Energia Elétrica	<u>6.147</u>	<u>6.739</u>
	<u>10.436</u>	<u>11.557</u>

12 Debêntures

	Encargos	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Primeira Série	107,75% de taxa do CDI	Dezembro de 2022	-	106.477
(-) Custos de Transação a Amortizar			<u>-</u>	<u>(469)</u>
			<u>-</u>	<u>106.008</u>

Foi aprovada em AGE realizada em 27 de novembro de 2017 a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no montante de R\$ 530.000, divididas em duas séries: sendo 318.000 debêntures da primeira série e 212.000 debêntures da segunda série.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

Manter o Índice Financeiro (Dívida Financeira Líquida/ EBITDA), verificado semestralmente, menor ou igual a 3,0 vezes, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado nos casos de não atingimento por 2 (duas) vezes consecutivas. A Companhia está atingindo os referidos índices financeiros medidos e as exigências qualitativas previstas em contrato em 31 de dezembro de 2021.

A amortização do valor principal ocorrerá anualmente, em três parcelas anuais e consecutivas para a primeira série, com início em 15 de dezembro de 2018 e duas parcelas anuais e consecutivas e para a segunda série, com início em 15 de dezembro de 2021.

Os recursos oriundos das debêntures ingressaram no caixa da Companhia em 27 de dezembro de 2017. Abaixo a movimentação das debêntures em 31 de dezembro de 2022:

	Encargos	Principal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>186</u>	<u>211.063</u>	<u>211.249</u>
Custos de Captação incorporados ao resultado	-	469	469
Encargos	9.464	-	9.464
Amortização	<u>(9.174)</u>	<u>(106.000)</u>	<u>(115.174)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>476</u>	<u>105.532</u>	<u>106.008</u>
Custos de Captação incorporados ao resultado	-	469	469
Encargos	2.193	-	2.193
Amortização	<u>(2.669)</u>	<u>(106.001)</u>	<u>(108.670)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A garantia dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia é no montante de, no mínimo, 120% do saldo devedor atualizado das debêntures.

Em março de 2022 a Administração optou pela liquidação antecipada das debêntures.

13 Uso do bem público – UBP

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Uso do Bem Público	18.826	16.212
Não circulante		
Uso do Bem Público	<u>143.959</u>	<u>141.118</u>
	<u>162.785</u>	<u>157.330</u>
Movimentação	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	<u>157.330</u>	<u>124.628</u>
Adições	-	14.906
Encargos	23.409	32.795
Amortização	<u>(17.954)</u>	<u>(14.999)</u>
Saldo no final do exercício	<u>162.785</u>	<u>157.330</u>

Em 31 de dezembro de 2022 as parcelas do não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

2024	18.826
2025	18.826
2026 a 2036	<u>106.307</u>
	<u>143.959</u>

Compromisso com o Poder Concedente - Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2039, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em fevereiro de cada ano (valor anual de R\$ 3.200 na base outubro/2000). O cálculo do valor foi efetuado considerando-se a variação do IGP-M, e o ajuste a valor presente foi efetuado com base na taxa de desconto de 9,64%. Em novembro de 2021, foi registrado um complemento no montante de R\$14.906 em função da extensão dos prazos de concessão conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

14 Impostos e contribuições a recolher

14.1 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	9.644	24.600
Contribuição Social	<u>2.265</u>	<u>7.599</u>
	<u>11.909</u>	<u>32.199</u>

14.2 Impostos a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
PIS	356	610
COFINS	1.649	2.817
Tributos Federais Retidos na Fonte	94	149
Tributos Estaduais Retidos na Fonte	16	9
Tributos Municipais Retidos na Fonte	<u>13</u>	<u>13</u>
	<u>2.128</u>	<u>3.598</u>

15 Provisão para litígios

A Companhia possui provisionado como contingências o montante de R\$ 33 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2021), avaliadas pelos assessores jurídicos com risco provável de perda. No processo de análise das causas efetuado pela Administração da Companhia e seus consultores jurídicos foi considerada a real configuração de contingência, assim como foi avaliado o risco financeiro envolvido.

Contudo, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	-	180
Cíveis	-	25
Tributária (a)	<u>87.598</u>	<u>88.342</u>
	<u>87.598</u>	<u>88.547</u>

- (a) Refere-se aos questionamentos dos pedidos de compensação (PER/DCOMP), apresentados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, visando à compensação de débitos de PIS e COFINS de diversos períodos, em decorrência de alteração no regime de tributação do PIS e COFINS, anteriormente efetuado pela não cumulatividade, sendo passado para cumulatividade.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 120.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias e nominativas, e sua composição é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
CPFL Geração de Energia S.A.(a)	78.000	78.000
CEEE G Companhia Estadual de Geração de Energia	36.000	36.000
Statkraft Energias Renováveis S.A.	<u>6.000</u>	<u>6.000</u>
	<u>120.000</u>	<u>120.000</u>

- (a) A CPFL Geração de Energia S.A é a acionista que detém maior participação societária da Companhia com 65% de participação e sua acionista majoritária em última instância é a State Grid Corporation of China.

16.2 Reservas de lucros

Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O limite de 20% de reserva legal foi atingido em 2017 e não houve constituição de reserva em 2022.

Retenção

A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais.

Em 31 de dezembro 2022 a Companhia apresenta excesso de reservas de lucros em relação ao capital social no montante de R\$ 43.808. A destinação será deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária, atendendo o disposto no artigo nº 199 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

16.3 Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Saldo em 31 de dezembro de 2020	60.570
Dividendos adicionais propostos exercício 2020 aprovados em AGO 20/04/2021	88.677
Dividendos mínimos propostos 2021	35.376
Saldo em 31 de dezembro de 2021	184.623
Pagamento de dividendos	(29.558)
Dividendos adicionais propostos exercício 2021 aprovados em AGO 28/04/2022	84.550
Dividendos mínimos propostos 2022	14.603
Saldo em 31 de dezembro de 2022	254.218

16.4 Dividendos adicionais propostos

A Companhia encaminhou para aprovação do Conselho de Administração e posteriormente para deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a proposta de pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2021, no valor de R\$ 84.550 (R\$ 88.677 em 31 de dezembro de 2020).

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO.

Em assembleia geral realizada no dia 28 de abril de 2022 a Companhia aprovou, a proposta de pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2021, no valor de R\$84.550.

17 Receita operacional líquida

A composição da receita operacional líquida é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta		
Receita de Operações com Energia Elétrica	293.790	404.812
Outras receitas	-	81
Total receita bruta	<u>293.790</u>	<u>404.893</u>
Deduções		
(-) PIS	(4.775)	(6.627)
(-) COFINS	(21.993)	(30.524)
(-) ICMS	-	(821)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.550)	(3.564)
Taxa de Fiscalização	(1.230)	(1.189)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(8.222)	(6.493)
Total deduções	<u>(38.770)</u>	<u>(49.218)</u>
Total receita líquida	<u>255.020</u>	<u>355.675</u>
	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operações de energia elétrica em MWh		
Energia comercializada	<u>1.408.883</u>	<u>1.410.745</u>

18 Custo dos serviços de energia elétrica

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(8.505)	(7.818)
Administradores	(252)	(236)
Custo energia comprada	(28.779)	(53.824)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(28.249)	(24.686)
Materiais	(1.907)	(1.839)
Serviços de Terceiros	(11.670)	(11.254)
Arrendamentos e Aluguéis	(124)	(80)
Seguros	(969)	(821)
Repactuação do risco hidrológico	(13.895)	(12.624)
Provisão	-	(2.808)
(-) Repactuação risco hidrológico REH 2932/21 (*)	-	50.380
(-) Recuperação de Despesas	62	68
Tributos	(844)	(121)
Depreciação	(37.486)	(37.260)
Amortização	(7.266)	(4.582)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação	3.195	3.901
Gastos Diversos	(397)	(223)
	<u>(137.086)</u>	<u>(103.827)</u>

Energia Comprada para revenda em MWh	31/12/2022	31/12/2021
Energia Adquirida através de leilão no ambiente regulado	78.840	71.280

19 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Receita com Aplicações Financeiras	5.617	4.511
Outras Receitas Financeiras	384	261
Total receitas financeiras	<u>6.001</u>	<u>4.772</u>
Despesas financeiras		
Juros debentures	(2.193)	(9.464)
Encargos sobre Uso do Bem Público - UBP	(23.409)	(32.795)
Multa e juros	(20)	(22)
Atualização Selic P&D	(275)	(114)
Atualização Liminar (a)	(9.962)	-
Outras Despesas Financeiras	(60)	(4)
Gastos com emissão de Debentures	(469)	(469)
Atualização Risoleta Neves (b)	(151)	-
Total despesas financeiras	<u>(36.539)</u>	<u>(42.868)</u>
	<u>(30.538)</u>	<u>(38.096)</u>

- (a) O referido montante refere-se à atualização pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M dos adiantamentos efetuados pela CCEE relacionados relativos aos efeitos de uma liminar relacionada a alterações das garantias físicas das Usinas, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.
- (b) A CERAN recebeu o montante de R\$2.375 em 11/2021 através da liquidação da CCEE, esse montante refere-se a uma liminar relacionada ao processo administrativo interposto pela Vale a fim de neutralizar os efeitos financeiros adversos suportados pelos integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) em razão das alocações efetuadas à Usina Hidroelétrica (UHE) Risoleta Neves, decorrente de decisão judicial em vigor à época. Em 12/2022 a Companhia realizou o registro de atualização monetária utilizando como racional o Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

20 Imposto de renda e contribuição social

O saldo é composto por diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		
	Base de Cálculo	31/12/2022	Base de Cálculo	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças Temporárias					
Provisão para perda ao valor recuperável	2.808	955			
Direito de extensão de concessão (Lei 14.052/20)			88.185	29.983	32.934
Depreciação acelerada acumulada	-	-	116.025	39.449	25.861
Atualização Liminar	10.113	3.438	-	-	-
Total Diferenças Temporárias	12.921	4.393	204.210	69.432	58.794
Total bruto	12.921	4.393	204.210	69.432	58.794
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	-	(4.393)	-	(4.393)	(955)
Total	12.921	-	204.210	65.039	57.839

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.210	212.460
Alíquota nominal (IR de 25% e CS de 9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais	(29.651)	(72.236)
Efeito dos impostos sobre:		
Despesas não dedutíveis	4	(112)
Parcela isenta do adicional de imposto de renda	24	24
Incentivo a Projetos Sociais	201	321
PAT	13	15
Repactuação do risco hidrológico	1.781	17.129
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	6.028	10.966
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(21.600)	(43.894)
Corrente	(21.600)	(43.894)
Diferido	(7.199)	(27.062)
Alíquota efetiva	25%	21%

21 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

21.1 Análise impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia.

Em 08 de abril de 2020 foi publicada a Medida Provisória nº 950, que dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19). A Companhia opera em escala normal atendendo aos requisitos de segurança e proteção dos profissionais que atendem diretamente e indiretamente nas atividades cotidianas, e está em constante análise do desempenho do mercado para garantir a saúde financeira da Companhia. A Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. A Companhia está acompanhando a realização de seu saldo de contas a receber de clientes e até o presente momento não identificou nenhuma inadimplência.

21.2 Fatores de risco

21.2.1 Risco de mercado

(i) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e os contratos de debêntures são de longo prazo contratados com instituições financeiras, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras (nota 5)	71.298	93.862
Debêntures (nota 12)	-	(106.008)
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	(162.785)	(157.330)

(ii) *Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, debêntures e Uso do Bem Público (UBP) sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2023 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2022) e o cálculo da sensibilidade foi

feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2023.

	Exposição R\$	Risco	%	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
Aplicações financeiras (nota 5)	71.298	Baixa CDI	12,25%	8.734	6.551	4.367
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	(162.785)	Alta IGPM	4,55%	(7.407)	(9.258)	(11.110)

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos de taxa de juros relacionadas ao instrumento financeiro (Programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - P&D atualizados pela SELIC) portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

(iii) *Risco de preço no fornecimento de energia*

A Companhia está exposta aos efeitos de oscilação de preços no fornecimento de energia em função de variáveis de mercado, tais como níveis de águas nos reservatórios, demanda por geração de termelétricas, sazonalização, dentre outros. Com isso, a Companhia pode recorrer ao mercado de energia de curto prazo para suprir as necessidades.

21.2.2 Risco de crédito

Conforme descrito na Nota 6, a Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações financeiras foi:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	71.366	94.537
Contas a receber de concessionárias (nota 6)	26.899	41.063
	<u>98.265</u>	<u>135.600</u>

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. Também não possui risco de crédito por tipo de contraparte, pois os principais clientes são acionistas e suas atividades são reguladas. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

21.2.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (nota 11)	10.436	10.436	-	-	-	-
Uso do Bem Público (UBP) (nota 13)	<u>162.785</u>	<u>9.413</u>	<u>9.413</u>	<u>37.652</u>	<u>56.478</u>	<u>49.829</u>
	<u>173.221</u>	<u>19.849</u>	<u>9.413</u>	<u>37.652</u>	<u>56.478</u>	<u>49.829</u>

21.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures (Notas 12)	-	106.008
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(71.366)</u>	<u>(94.537)</u>
Dívida líquida (A)	<u>(71.366)</u>	<u>11.471</u>
Total do patrimônio líquido	<u>283.808</u>	<u>324.551</u>
Total do capital (B)	<u>212.442</u>	<u>336.022</u>
Índice de alavancagem financeira - % (A/B)	-34%	3%

22 Instrumentos financeiros por categoria

22.1 Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia	Valor Contábil	Valor Justo	Hierarquia
Ativos financeiros mensurados a valor justo							
Valor justo por meio do resultado:							
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	5	71.298	71.298	Nível 2	93.862	93.862	Nível 2
		<u>71.298</u>	<u>71.298</u>		<u>93.862</u>	<u>93.862</u>	
Custo amortizado							
Caixa e equivalentes de caixa - Depósitos a vista	5	68	68		675	675	
Contas a receber de Concessionárias	6	26.899	26.899		41.063	41.063	
		<u>26.967</u>	<u>26.967</u>		<u>41.738</u>	<u>41.738</u>	
Passivos financeiros mensurados a valor justo							
Custo amortizado							
Outros Passivos Financeiros							
Fornecedores	11	10.436	10.436		11.557	11.557	
Debêntures	12	-	-		106.008	106.008	
Uso do bem público – UBP	13	162.785	162.785		157.330	157.330	
Dividendos	16.3	254.218	254.218		184.623	184.623	
		<u>427.439</u>	<u>427.439</u>		<u>459.518</u>	<u>459.518</u>	

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das Demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

23 Compromissos de longo prazo

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para Venda de Energia e demais Contratos relevantes estão demonstrados a seguir:

	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Venda de Energia	189.427	188.805	193.898	1.246.349	1.818.479
Saldos em 31.12.2022	189.427	188.805	193.898	1.246.349	1.818.479
	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
TUST - Tarifa de Uso da Transmissão	31.736	32.812	33.813	225.150	323.511
Repactuação do risco Hidrológico	15.525	16.025	16.505	110.069	158.124
Saldos em 31.12.2022	47.261	48.837	50.318	335.219	481.635